



FACULDADE DO MACIÇO DE BATURITÉ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO SOCIAL POLÍTICAS PÚBLICAS E
GARANTIA DE DIREITO

MARILENE PIMENTEL CARVALHO

A PROTEÇÃO SOCIAL DA PESSOA IDOSA BRASILEIRA NO
ENVELHECIMENTO E TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

BATURITÉ - CE
2021

MARILENE PIMENTEL CARVALHO

**A PROTEÇÃO SOCIAL DA PESSOA IDOSA BRASILEIRA NO
ENVELHECIMENTO E TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação da Faculdade do Maciço de Baturité - FMB como requisito parcial à obtenção do título de Pós-graduada em Gestão Social, Políticas Públicas e Garantia de Direito.

Orientador(a): Prof. Esp. Joviano de Sousa Silva.

Ficha catalográfica elaborada pelo autor por meio do
Sistema de Geração Automático da Faculdade do Maciço de Baturité

Carvalho, Marilene Pimentel

A PROTEÇÃO SOCIAL DA PESSOA IDOSA BRASILEIRA NO ENVELHECIMENTO
E TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA / Marilene Pimentel Carvalho
. - : Faculdade do Maciço de Baturité - FMB, 2020.

18f.

TCC (Serviço Social) - Faculdade do Maciço de Baturité - FMB:
Baturité, 2021.

Orientador(a): Me. Joviano de Sousa Silva

1 Serviço Social. 2 PESSOA IDOSA . 3 ENVELHECIMENTO. 4
TRABALHO. 5 SOCIEDADE CAPITALISTA.

MARILENE PIMENTEL CARVALHO

**A PROTEÇÃO SOCIAL DA PESSOA IDOSA BRASILEIRA NO
ENVELHECIMENTO E TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Pós-Graduação da Faculdade do Maciço
de Baturité - FMB como requisito parcial à
obtenção do título de Pós-graduada em Gestão
Social, Políticas Públicas e Defesa de Direitos.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA:

Joviano de Souza Silva

Professor Especialista
Joviano de Souza Silva
FMB

A PROTEÇÃO SOCIAL DA PESSOA IDOSA BRASILEIRA NO ENVELHECIMENTO E TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Marilene Pimentel Carvalho¹ Joviano de Sousa Silva²

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar argumentos teóricos e dados da realidade dos Idosos(as) brasileiros(as) que comprovem as diversidades e desigualdades no envelhecimento e trabalho na sociedade capitalista ou, nas palavras de Marx e Engels, “as ideias dominantes da classe dominante são em todas as épocas as ideias dominantes” (MARX, ENGELS, 1984, p.56). Essas adversidades no envelhecimento promovido pela delimitação de classe que atribui centralidade ao envelhecimento do trabalhador na construção da problemática social do envelhecimento diferencia as experiências de envelhecer determinadas pelas diferenças dos sujeitos empíricos, das situações e condições de vida, das trajetórias coletivas e individuais. Além disso, este trabalho visa traçar um panorama geral das tendências das formas de respostas a essa problemática na sociedade contemporânea. Assim, não apenas se problematizam as teses que pregam a homogeneização das experiências de envelhecimento, mas coloca-se essas supostas homogeneidades sobre novas bases tendo como suporte as diferenças socioeconômicas capazes de diferenciar o envelhecimento de alguns grupos e homogeneização para determinadas frações de classes e grupos pela vivência de situações semelhantes, em particular grupos de trabalhadores (zona rural) considerados pobres. Constituiria o envelhecimento humano um problema social em função do declínio biológico, das restrições dos papéis familiares e do crescimento demográfico dos indivíduos nessa faixa etária independente do modo como a força de trabalho expropriado e explorada na ordem do capital? A abordagem do tema parte dos pressupostos analíticos de que o envelhecimento do trabalhador é uma expressão de questão social, o que significa atribuir centralidades no seu modo de envelhecer e as condições objetivas e subjetivas em que se dão, na construção da problemática social do envelhecimento humano na sociedade capitalista.

Palavras-chave: Proteção Social. Idoso. Capitalismo.

¹ Assistente Social formada pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Trabalha atualmente para a Prefeitura Municipal de Capistrano-CE. E-mail: marilene.pimentel@pc@gmail.com.

² Orientador, Professor Especialista da Faculdade do Maciço de Baturité – FMB. E-mail: jovianodesousa@gmail.com.

ABSTRACT

The objective of this article is to present theoretical arguments and data on the reality of Brazilian elderly people, which prove the diversity and inequality in aging and work in capitalist society or in the words of Marx and Engels “The dominant ideas of the dominant class are dominant ideas at all times”. (1984, p.56). These adversities in aging promoted by the class delimitation that attributes centrality to worker aging in the construction of the social problem of aging; differentiates the experiences of aging determined by the differences of the empirical subjects, of the situations and conditions of life, of the collective and individual trajectories. In addition, it aims to provide a general overview of the ways in which responses to this problem are addressed in contemporary society. Thus, not only are the theses that preach the homogenization of aging experiences problematized, but these supposed homogeneity are placed on new bases, based on socioeconomic differences capable of differentiating the aging of some groups and homogenization for certain fractions of classes and groups by experience of similar situations, in particular groups of workers (rural zone) considered poor would constitute human aging a social problem, due to the biological decline, the restrictions of family roles and the demographic growth of individuals in this age group regardless of how the strength of expropriated and exploited labor in the order of Capital? The approach of the theme starts from the analytical assumptions that the aging of the worker is an expression of the social question, which means to attribute centralities in his way of aging and the objective and subjective conditions in which they occur, in the construction of the social problem of human aging in capitalist society.

Keywords: Social Protection. Elderly. Capitalism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 REVISÃO DE LITERATURA	08
3 METODOLOGIAS	12
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	13
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
REFERÊNCIAS	17

1 INTRODUÇÃO

Do ponto de vista demográfico e individual, o envelhecimento é definido pelo número de anos vividos. Deste modo, são considerados velhos aqueles que alcançaram 60 anos de idade. Demarca-se aqui a referida idade como um marco para entrada na velhice por ser essa idade estabelecida pela Organização da Nações Unidas (ONU) para os habitantes em países periféricos serem considerados idosos.

Essa idade limite também é critério adotado tanto pela Política Nacional do Idoso através da Lei 8.842/94, como também pelo Estatuto do Idoso pela Lei 10.741/2003. Na dimensão biológica, por sua vez, o envelhecimento é definido como "o processo de mudanças universais pautado geneticamente para espécie e para cada indivíduo, que se traduz em diminuição da plasticidade comportamental, em aumento da vulnerabilidade, em acumulação de perdas evolutivas e no aumento da probabilidade de morte" (NERI, 2001, p.46). Em outras palavras, traduz-se em declínio físico, fisiológico, aparecimento de doenças e probabilidade da morte. Todavia, paralelo à evolução cronológica e ao declínio biológico, coexistem fenômenos de natureza biopsíquico, social e econômico importantes para a configuração das diferentes formas de envelhecer.

Assim, questiona-se: constituiria o envelhecimento humano um problema social em função do declínio biológico, das restrições dos papéis familiares e do crescimento demográfico dos indivíduos, desta faixa etária, independente do modo como a força de trabalho expropriada e explorada na ordem do capital? No caso de uma resposta negativa, conforme se tenta comprovar por meio do presente artigo, o envelhecimento constitui um problema social, principalmente para as classes destituídas de propriedade (exceto a sua força de trabalho) e de controle do seu tempo de vida, em função das contradições e determinações da sociedade capitalista que engendram desigualdades e vulnerabilidades sociais em massa, degradações e desvalorizações para essa classe social, especialmente com o avanço da idade cronológica e com a desgastante força de trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A classe trabalhadora é a protagonista da trajetória no envelhecimento/velhice pobre, desamparada, sem renda, sem bens e propriedade, sem acesso às políticas públicas e dependentes dos recursos familiares considerando-se a impossibilidade de reprodução social e de uma vida cheia de sentido e valor na ordem do capital, principalmente quando perde o "valor de uso" para o capital em função da expropriação dos meios de produção e do tempo de vida. Entendemos, então, que não é para todas as classes que o envelhecimento promove efeitos imediatos de isolamento, exclusão das relações sociais, do espaço público, do mundo produtivo, dentre outras expressões dos processos produtores de desigualdade social. Beauvoir (1990) destaca que, se a velhice, enquanto destino biológico, é uma realidade que transcende a história, não é menos verdade que esse destino seja vivido de maneira variável, segundo as condições materiais de produção e reprodução social que imprimem um estudo social à velhice, ou estudos diferenciados, conforme as classes, status e hierarquias sociais.

Nessa perspectiva, e considerando-se que o homem envelhece sob determinadas condições de vida, fruto do lugar que ocupa nas relações de produção e reprodução social, não se podem universalizar suas características no processo de construção das bases materiais da existência, porque os homens não vivem e não se reproduzem como iguais: antes, são destinados nas relações que estabelecem na produção de sua sociabilidade principalmente na sociabilidade fundada pelo capital nas quais as desigualdades, pobreza e exclusões sociais são reproduzidas e ampliadas no envelhecimento do trabalhador.

Beauvoir (1990, p.17), em seus estudos, diz que "tanto ao longo da história como hoje em dia a luta de classe determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice; um abismo separa o velho escravo e o velho eupátrida, em antigo operário que vive de pensão miserável e um Onassis". Apesar de reconhecer, as diferenciações das velhices individuais tem também outras coisas, tais como saúde física e mental, família, dentre outros, admitindo que é uma determinante a situação de classe. Acerca disso, destaca:

São duas categorias de velhos (uma extremamente vasta e outra reduzida a uma pequena minoria) que a oposição entre exploradores e explorados cria. Qualquer afirmação que pretenda referir-se à velhice em geral deve ser rejeitada porque tende a mascarar este hiato (BEAUVOIR, 1990, p.17).

Mesmo com o direito adquirido pelos anos de trabalhos, a aposentadoria, os idosos são considerados fardos para as novas gerações. Para o sistema previdenciário, "esta sociedade

rejeita o velho não oferecendo nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a força de trabalho, ele já não é produtor e nem reprodutor" (BOSI, 1979, p.78). Com relação às pessoas idosas, conclui Beauvoir (1990, p. 8) que essa sociedade (capitalista) não é apenas culpada, mas criminosa. Abrigada por trás do mito da expansão e da abundância, trata os velhos como patriás.' Não tendo mais valor de uso, na redefinição de uso de utilidade para o capital, o trabalhador idoso é condenado à miséria, à solidão, às doenças, à condição de não humano, de um "ser isento de necessidades" ou com necessidades abaixo dos seres humanos adultos empregados.

Essas situações que caracterizam a condição social do velho trabalhador são atribuídas aos idosos de uma forma geral, destacando um estatuto único, quase sempre negativo de exclusão à velhice nas sociedades capitalistas. Foram, portanto, as diferenças de classes que deram a noção de velhice à sua ambivalência, ou seja, a palavra velhice apresenta duas realidades profundamente diferentes, se considerarmos esta ou aquela classe social (BEAUVOIR, 1990).

Beauvoir (1990), retratando a situação do século XIX, mostra as diferenciações de classes no envelhecer:

Antigos operários reduzidos à indigência, à vagabundagem, velhos camponeses tratados como bichos, velhos pobres, situam-se no mais baixo nível escolar social. São velhos das classes superiores que ocupam o cume. A posição é tão flagrante que se poderia quase pensar que se tratava de duas espécies diferentes. As mudanças econômicas e sociais, tão nefastas para uns, favorecem, ao contrário, outros (BEAUVOIR, 1990, p.242).

Em relação à proteção social, destaca-se para o que diz Haddad (1986), que se no envelhecimento os homens sentem o vazio instalado pelo fim do trabalho, é porque no processo de reificação a que estão submetidos, o "prestígio" ocupado pelo trabalho, foi por eles internalizados através de um longo processo educacional voltado à vida produtiva e, conseqüentemente, são por eles próprios reproduzidos. Isso porque, segundo a autora, o modo de produção capitalista corresponde ao modo capitalista de pensar, e nesse trabalho abstrato é o eixo em que se plasma e exercita com exclusividade a possibilidade pessoal de autoconsciência e autoafirmação perante a sociedade.

Isso tudo leva o acesso a mínimos sociais, através das políticas de previdência e assistência social, às funções de classe trabalhadora que sempre foram pobres e excluídos do mercado de trabalho formal, sem direitos trabalhistas e com idade cronológica avançada,

significando um importante mecanismo de combate à miséria, mas sem condições de romper o ciclo da pobreza.

A renda entre idosos ao longo da década de 1990 e dos anos 2000, com a Constituição Federal de 1988 e legislações complementares na Assistência e Previdência Social, melhorou bastante, bem como modificou a incidência da pobreza. Barros (1999) destaca que a pobreza é maior entre os não idosos do que entre os idosos, fato que se atribui ao acesso a esses mínimos sociais. Os gráficos analisados pelos autores revelam que a contribuição da renda dos idosos reduz a pobreza dos não idosos a medida que os idosos não tivessem renda. 42% dos não idosos seriam pobres. Logo, falta renda própria, o grau de pobreza dos idosos e daqueles que vivem em famílias com idosos seria ainda maior.

Além disso, a incidência e magnitude da pobreza são maiores entre pretos e pardos do que entre brancos e amarelos ou indígenas, maiores nas áreas rurais que urbanas, dentre outras diferenças.

As Políticas Públicas atuais, conforme Teixeira (2008), reproduzem essa cultura privacionista no enfrentamento dos problemas sociais decorrentes do envelhecimento dos trabalhadores pelas: a) modalidades de trabalho social com idosos da filantropia, organizações não governamentais, empresas cidadãs, dentre outras, são tomadas como inovação nos cuidados intitucionalizadas, bem como as iniciativas da sociedade civil, enquanto espaço de proteção social (financiada ou não pelo Estado), mas a rigor, elas são corolários das tendências mais amplas de "privatização" de serviços sociais seja na sua dimensão mercantil, seja na filantropização daqueles serviços aos mais pobres ou no individualismo dos modelos de intervenção social; b) intervenção do Estado no pluralismo de bem-estar social reduzindo as responsabilidades do Estado e distribuindo com a sociedade civil, mercado e famílias.

O fato de as políticas sociais serem uma resposta da ordem capitalista às múltiplas expressões da questão social, mesmo que decorrente de lutas por direitos, estas são limitadas em relação ao enfrentamento desses problemas sociais, que são historicamente setorizadas, desarticuladas, individualizantes. Mas são as únicas formas de acesso ao fundo público gerido pelo Estado e pago por toda a população, mecanismos de reprodução física e socialmente desses sujeitos. Todavia, em muitos casos, apenas administra a pobreza, mantendo-a em níveis civilizatórios ou pode caminhar em direção a maior igualdade e justiça social quando regida por princípios de universalidade e redistributividade.

Nesse sentido, como assistente social atuando na Assistência Social, por uma seguridade social ampliada e de fato articulada, de modo a atender integralmente as demandas sociais da classe trabalhadora e de sua família, legítima e compatíveis ao projeto ético-político, na luta e

resistência ao desmonte das políticas públicas, concordo, como destaca Antunes (2000), que só é verdadeiramente possível por meio da demolição de barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho impostos pela ordem capital com o fim da divisão herárquica que subordina o trabalho ao capital, logo, em bases inteiramente novas e fundadoras de uma nova sociabilidade capaz de gerar atividade vital cheia de sentido, autodeterminada.

3 METODOLOGIAS

Sobre o tema do artigo e o seu desenvolvimento em questão, há muitas possibilidades. Foram escolhidos autores frente às lutas específicas do segmento – idosos na sociedade capitalista. Seria possível tratar, mesmo que brevemente, as categorias centrais, o método, as principais abordagens e perspectivas teórico-metodológicas do marxismo, cuja ortodoxia em termos lukacsianos radica na apropriação do método de conhecimento científico da realidade (LUKÁCS, 1974).

Neste sentido, para os autores citados nas referências, o processo de envelhecimento na nossa sociedade não é um problema colateral do desenvolvimento capitalista, mas representa um momento central e fundamental da acumulação capitalista. Sendo assim, na pesquisa bibliográfica procuramos fortalecer os fundamentos da “questão social” ligada ao envelhecimento da dialética acumulação da pobreza, produzidos pela lei geral da acumulação capitalista, que criam e recriam preconceitos em relação ao processo de envelhecimento.

Não cabe em nossas ilusões, as esperanças de a política social ser capaz de eliminar o tema apresentado. Alguns países centrais, experimentam uma rede de proteção sólida, uma política de “bem-estar social”, ou a pobreza absoluta, mas jamais o empobrecimento em relação à riqueza acumulada. A riqueza é, portanto, a outra face da mesma acumulação de capital. A pobreza absoluta pode ser remediada, controlada, mas a pobreza relativa nesse modelo jamais superada. Longe do fatalismo, podemos concluir que a política social de qualidade universal, sendo bandeira de luta dos setores progressistas, não é um fim, mas um dos meios para construção de outra sociabilidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo nossa tese no presente artigo os mais pobres constitem uma fração de classe trabalhadora que teve pior trajetória de trabalho e de vida e que se produz no seu envelhecimento, visível apenas quando se fragmenta os dados do grupo de idosos. Faleiros (2007) utiliza dados da pesquisa da FPA-SEC, mostrando que dentre os de cor preta, 175 não estão aposentados e estão trabalhando, o que acontece para 9% dos brancos.

Isso porque a tese de determinação de classes e etnias no processo de envelhecimento não pode nos levar a pensar as classes como entidades homogêneas, havendo grandes diferenças socioeconômicas de inserção na comunidade, no sistema de proteção social. Daí a utilização do termo fração de classe para expressar grupos que possuem as mesmas condições de vida e trabalho ao longo de sua trajetória de vida, no caso específico deste artigo, aqueles considerados pobres que, apesar de serem uma classe trabalhadora, sua inserção no mercado de trabalho foi historicamente marcada pela precariedade, informalidade, pequena produção agropecuária ou agricultura familiar. Em outras palavras, pela exclusão no mercado formal de trabalho.

No envelhecimento desses sujeitos, se produzem as desigualdades que sempre perpassam sua vida de trabalhador, entre outras, a permanência de uma renda mínima, antes adquirida exclusivamente pelo trabalho em condições precárias e agora com os benefícios sociais, mas com um agravante, a volatilidade de seus gastos em função das doenças, remédios, filhos ou netos que sobrevivem da sua renda.

A inserção no mundo do trabalho, mesmo depois de aposentado é uma característica típica da realidade brasileira. Segundo a PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1999 (BRASIL, 1999) quase 50% de idosos permanecem no sistema produtivo e um terço entre os idosos ainda trabalhavam nas piores situações de trabalho, sem carteira profissional. Quando inseridos no mercado formal geralmente esses idosos situavam-se no setor informal ou de subsistência, em trabalhos por conta própria, autônomos em atividades agropecuárias e comércio, realidade comum aos mais pobres. Essas fontes de renda, ainda que mínimas, permitem aos idosos manterem e chefiarem suas famílias. Em 2011 (IBGE, 2012), esse índice dos que ainda trabalham depois dos 60 anos era 29%, sendo que os homens são 42,4% e as mulheres 18,9%.

Nesta mesma perspectiva, destaca-se os estudos de Noronha e Andrade (2004) sobre as desigualdades sociais em saúde entre os idosos da América Latina. Os dados levantados demonstraram a presença de desigualdades sociais em saúde favorável aos grupos de escolaridade mais elevado e de melhor nível de renda, sendo essas desigualdades mais

acentuadas no Brasil. Logo, a probabilidade do idoso ser saudável é maior entre aqueles grupos socioeconômicos mais privilegiados, considerando-se a disponibilidade de recursos para investir em saúde bem como o nível cultural de informações adquirido pelos que tem maiores níveis de escolaridade. Portanto, renda, condições de vida, escolaridade, acesso ao serviço de saúde, dentre outros, afetam o estado de saúde de um idoso, sendo os grupos mais pobres entre os trabalhadores aqueles que apresentam maiores probabilidades de problemas de saúde, sem que este fato esteja relacionado necessariamente à sua condição de idoso.

Em concordância com o que vem sendo amplamente difundido na gerontologia, o envelhecimento não é sinônimo de doenças, todavia, as condições e qualidade de vida e trabalho durante toda trajetória de vida da pessoa, tem influência direta na incidência de doenças crônicas-degenerativas que atingem os idosos, gerando dificuldades funcionais, perda da independência e autonomia.

Nestes termos, reforça-se a tese da heterogeneidade das experiências do envelhecimento, bem como da delimitação de classes como determinação fundamental. Assim, outros problemas que são atribuídos ao grupo etário como um todo por parte da literatura, concordamos que as físicas podem ser generalizáveis, apesar de aceleradas pelo uso intensivo e extensivo da mão de obra do trabalhador pelas desiguais condições de vida. Entretanto, as relacionadas ao espaço ocupacional ou produtivo ou das relações interpessoais e familiares não é condição inexorável aos grupos de idosos, considerando que os idosos mais pobres – em grande parte, mas não exclusivamente – continuam trabalhando ou estão em busca de trabalho ou de renda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições materiais de produção e reprodução social sob a lógica do capital são geradoras de desigualdades sociais, pobreza, desemprego, população excedente, “vidas sem valor”, as desvalorizações e degradações sociais. Essas desigualdades sociais são reproduzidas e ampliadas no envelhecimento do trabalhador, que tem suas necessidades sociais submetidas a mínimos sociais para sua sobrevivência e de sua família.

Esses determinantes materiais somam-se aos subjetivos, culturais, como a predominância de valor econômico dos indivíduos, que promovem a desvalorização social (os destituídos de renda), principalmente quando retirados do mundo produtivo quando perdeu a rentabilidade para o capital perdendo a qualidade de homem (econômico). Envelhecer para o trabalhador na ordem e no tempo do capital é ainda ter seu tempo de vida subordinado ao tempo de trabalho, mesmo depois de aposentado, para os trabalhadores velhos de baixa renda, ou ter seu tempo livre submetido às exigências de produção social do capital e de controle social que se estende ao envelhecimento submetido ao idoso, ao planejamento externo de comportamentos, atitudes, sentimentos, consciência e influenciando seus mecanismos organizativos. Mas, sob a máscara da valorização social, o que corresponde à pseudovalorização, posto que não foi superada a produção para os fins de valorização de capital, antes, atingiu novos patamares, expandindo-se a setores e segmentos antes não mercantilizáveis ou consumidores.

Esses problemas sociais que afetam o envelhecimento não atingem todos os grupos com a mesma intensidade. Ao contrário, promovem, para os trabalhadores, em especial os mais pobres, uma situação de vulnerabilidade social que, associada às limitações físicas, acumulam limitações de renda, saúde, qualidade de vida, oportunidades para um envelhecimento saudável, de ocupações cheias de significados, mesmo que esses idosos ainda se mantenham ativos na vida familiar e produtiva. Sendo assim, não se sustentam as teses da homogeneização das experiências do envelhecimento ou as afirmações de que esse fenômeno natural produz situações tão semelhantes que independem de outras diferenças sociais.

Além das diferenças socioeconômicas, outras diferenças culturais como gênero, etnia, bem como a trajetória individual de cada um promovem experiências diversificadas de envelhecimento, mas ao mesmo tempo semelhantes nos grupos e subgrupos delimitados por essas diferenças e pela vivência de condições e situações comuns. Como profissional da Assistência Social, trabalhar nos diversos espaços das políticas públicas com esse segmento, requer sensibilidade para essas diferenças, posto que a lógica do envelhecimento ativo pode

culpabilizar os sujeitos envelhecidos pelas vulnerabilidades que sofrem, atribuídas à sua indisciplina alimentar, à não exercitação física, ao não investimento em atividades lúdicas, socializadoras, recreativas, de lazer, dentre outras, típicas da receita gerontológica para a qualidade de vida no envelhecimento, sem alterar suas condições de vida, sem sua inserção na rede de serviços públicos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

BARROS, R. P. et.al. **Incidência e natureza da pobreza entre idosos no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

BEAUVOIR, S. **A velhice.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos.** 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Lei no 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial.** Brasília: MPAS, 1994.

_____. Lei N° 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial.** Brasília-DF, 2003.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE.** Volume 21. 1999. Rio de Janeiro, v.21, p.1-113, 1999. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_1999_v21_br.pdf. Acesso 05/01/2021.

FALEIROS, Vicente de Paula. Cidadania: Os idosos e a garantia de seus direitos. In: **Idosos no Brasil: Vivências, desejos e expectativas na terceira idade.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 153-167, 2007.

HADDAD. E. G de M. **A Ideologia da velhice.** São Paulo: Cortez, 1986.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso 05/12/2020.

LUKÀCS, Gyorgy. **História e consciência de classe: Estudos de dialética marxista.** Publicações Escorpião: Porto, 1974.

MARX, K; ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Martin Claret, 2002. Coleção a obra prima de cada autor.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** Livro 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

NERI, Anita L. **Palavras-chave em Gerontologia.** Campinas: Alínea, 2001.

NORONHA K.V.M.S.; ANDRADE M.V. Desigualdades sociais em saúde e na utilização dos serviços de saúde entre os idosos na América Latina. **Rev Panam Salud Publica**. 2005;17(5/6):410–8.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: Implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.